O meio ambiente: discurso consistente ou prática vazia? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro*

Alexandre de Pádua Carrieri**

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Meio ambiente e teoria organizacional: uma colcha de discursos; 3. Globalização: a modelagem dos discursos ambientais; 4. A prática da gestão ambiental no caso brasileiro; 5. À guisa de conclusão.

SUMMARY: 1. Introduction; 2. Environment and organizational theory: a patchwork of discourses; 3. Globalization: environmental discourse modelling; 4. Environmental management in Brazil; 5. Concluding remarks.

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; discursos; teoria organizacional.

KEY WORDS: environment; discourses; organizational theory.

O tema meio ambiente é mencionado em muitos discursos nas mais diversas áreas do saber. Este artigo pretende evidenciar como o meio ambiente figura em alguns discursos da gestão contemporânea e também, por inferência, na teoria organizacional (TO) e nos discursos e práticas de empresas brasileiras.

The environment: consistent discourse or senseless practice? Reflecting on environmental discourses, organizational theory and the Brazilian case
The environment is mentioned in many discourses, whether social, political, economic, institutional or academic. The main focus of this paper is to apprehend the several types of environmental discourses and their ulterior

* Artigo recebido em jan. e aceito em set. 2003.
** Professor adjunto do Departamento de Ciências Administrativas da UFMG, mestre em administração rural e desenvolvimento pela Ufla e doutor em administração pela UFMG. E-mail: alexandre@cepead.face.ufmg.br.

meaning, showing how the environment is present in organizational theory (OT) and in the everyday discourses and practices of Brazilian organizations.

1. Introdução

Um tema bastante polêmico e atual, que figura em discursos sociais, políticos, econômicos, institucionais e acadêmicos, é o da degradação do meio ambiente. Hoje vive-se uma crise gerada pela visão de desenvolvimento, basicamente antropocêntrica, que tradicionalmente tem dicotomizado o homem e a natureza. Contudo, começa a se desenvolver uma consciência da inter-relação e interdependência dos processos humanos com os biológicos (da natureza).

Depois de várias crises ambientais inicia-se uma série de reflexões sobre este tema, nas mais diversas áreas do saber. Este artigo pretende evidenciar como o meio ambiente figura nos discursos e práticas da gestão contemporânea e também, por inferência, na teoria organizacional (TO). Mais especificamente procurar-se-á mostrar como o meio ambiente é retratado nos discursos que balizam as ações institucionais e organizacionais; para isso evidenciar-se-á quais os discursos sobre meio ambiente têm prevalecido no meio internacional, pois sendo o Brasil um país periférico as estratégias, as decisões e as práticas organizacionais adaptam-se a esses discursos.

Observa-se que no mundo organizacional a preocupação com o meio ambiente figura, hoje, sob o nome de sustentabilidade. Existem diversos discursos sobre a sustentabilidade, no sentido de sobrevivência da organização e seu negócio. Sob pressões sociais as organizações têm tentado abarcar o discurso ambientalista, principalmente no que concerne à possibilidade de manter-se mercados e conquistar vantagens competitivas em relação às outras organizações. O interesse principal deste artigo é tentar apreender os vários discursos sobre o meio ambiente e o que eles trazem em seu interior.

Em um primeiro momento, o artigo aborda as questões relativas ao meio ambiente em termos do processo de globalização dos mercados, das pressões da sociedade, da produção de produtos. Depois discute a questão ambiental evidenciando os paradigmas de desenvolvimento econômico baseados na pesquisa de Colby (1990), onde o meio ambiente passa de uma posição empírica de simples externalidade para a posição de fator imprescindível para um desenvolvimento sustentável. Paralelamente realiza a leitura dessas questões em relação à TO centrada em autores como: Egri e Pinfield (1996), Reed (1996), Shrivastava (1994) entre outros. Então, focaliza o processo de globalização e a tentativa de modelagem do discurso (e prática) ambiental. Ao final, o artigo discute a adoção da gestão ambiental no caso brasileiro, perguntando se é um discurso ou apenas uma prática vazia.

2. Meio ambiente e teoria organizacional: uma colcha de discursos

Muito se tem escrito sobre o ambiente e sobre as organizações. Sobre a influência do ambiente nas organizações e sobre a influência das organizações no ambiente. Da importância dos ambientes externo e interno na execução das decisões e práticas organizacionais. Todavia, segundo autores como Clegg e Hardy (1996), Egri e Pinfield (1996), e Aldrich (1992), o ambiente a que se referem os trabalhos de teoria organizacional (TO) é quase sempre relacionado a outra organização, competidora de mercado, fornecedora de produtos etc. E quase nunca há a referência ao ambiente natural. Entretanto, quando se está referindo a um desenvolvimento sustentável, se está falando do ambiente não somente em termos da sociedade, mas, também, da natureza, do meio ambiente natural que, tanto quanto a realidade social, também pode influenciar uma organização qualquer. Na verdade, as perspectivas, ou abordagens, que enfatizam a dependência ambiental, ou da biosfera, pelas organizações são relativamente novas na curta e não tão gloriosa história da TO (Egri e Pinfield, 1996).

A problemática ambiental ampliada, segundo Vainer (1993), não deve ser, hoje, somente compreendida como produto de uma relação entre homem e natureza, mas se situar no campo das relações que os diferentes grupos estabelecem no espaço social, bem como as estratégias que se elaboram no embate pela apropriação, controle e uso dos recursos naturais. Na verdade, o embate pelos recursos é uma constante na história do homem. Desde os gregos, conforme assinala Buarque (1994), a natureza era vista como um elemento a ser conquistado, como o feminino a ser dominado. Essa visão de desprezo pela natureza atinge um máximo a partir da Revolução Industrial, onde todo esforço científico se deu (e ainda se dá) no sentido de compreender para dominar a natureza. De maneira geral as interferências do homem sobre a natureza visaram transformar o espaço natural em um espaço social. Contudo, observa-se que este espaço natural também condiciona as ações sociais, impondo restrições à sua realização. Numa perspectiva antropocêntrica, a superação de restrições de ordem ambiental é vencida pela tecnologia, com a qual o homem domina a natureza.

Segundo Shrivastava (1994) a preocupação com o problema da exploração e degradação contínua do meio ambiente — a que o autor denominou ambientalismo — tem emergido como uma influente corrente intelectual e também como um movimento de massa global. Os estudos organizacionais são ainda incipientes, ou, como ele observa, o campo organizacional tem falhado ao abordar este tema importante. Sua grande crítica é que as teorias organizacionais não podem adequadamente compreender o meio ambiente devido às idéias preconcebidas e limitadas do que é ambiente organizacional. Para Shrivastava, organizações são instrumentos que impactam, constantemente, o ambiente natural. Desse modo, era de se esperar que os estudos or-

ganizacionais estariam engajados em várias e sérias conversações com os discursos ambientais. Todavia, surpreendentemente, essas conversações são inexistentes, tanto real quanto virtualmente.

Todavia para este mesmo autor, assim como para Parker (1996) e Egri e Pinfield (1996), é preciso que a TO e também os estudos organizacionais comecem a incorporar alguns, se não todos os discursos denominados ambientalistas. Parte dessa aceitação viria da reconceitualização de que o ambiente organizacional também é a biosfera e, portanto, a natureza. Incorporar-se-ia o conhecimento de que as decisões organizacionais afetam o meio ambiente. Assim, seria preciso conhecer as escolhas de produtos e estratégias, o desenho das estruturas e sistemas, o treinamento das pessoas, os objetivos organizacionais, o uso da energia, o gerenciamento dos resíduos e eficiência (quanto ao ciclo de vida) dos produtos. Ou seja, além das práticas organizacionais, seria preciso, principalmente, conhecer os discursos que as viabilizam.

Para Shrivastava (1994) os discursos sobre o ambiente organizacional são, ou estão, castrados. O termo castrado é utilizado como falta de vitalidade, potencialidade etc. É usado, segundo o autor, para dar um efeito mnemônico para que se formule uma crítica às abordagens dominantes da TO. Segundo ele há uma série de elementos interdependentes, que na construção dos discursos na TO e nas organizações vêm reforçar as limitações de compreensão do meio ambiente natural. Seriam: competição, abstração, superficialidade, imaturidade teórica, reducionismo, antropocentrismo, a-historicismo, explorabilidade, desnaturalização.

Segundo Kurz (1997:113) os discursos sobre competição têm exigido que a produtividade aumente com rapidez cada vez maior, ao passo que a expansão do modo de produção, considerada na sua totalidade, chegou ao fim. Por isso, a esperança de um novo surto de acumulação é bastante ingênua. Os gargalos relacionados aos limites do modo de produção prevalecente começam a ser evidenciados em cada vez menos tempo. Todavia, o alento dado pela incorporação do meio ambiente, das biotecnologias etc. tem possibilitado um novo fôlego ao capital, que incorpora novos nichos de consumo, cada vez mais elitistas e com mais dinheiro, dispostos a pagar. Contudo, para Kurz, as pressões competitivas ainda têm recompensado as empresas que não consideram os custos ambientais, e têm servido de desestímulo àquelas que já têm incorporado pelo menos algum custo ambiental em suas práticas de gestão.

Quanto ao reducionismo, Shrivastava (1994) observa que duas tendências aparecem nos estudos organizacionais. Uma que consiste em incluir todas as forças de fora da organização que influenciam as suas ações e performances. Contudo as forças são sempre reduzidas aos aspectos econômicos, sociais e tecnológicos, consideradas as que impactam a performance financeira. Ignoram-se os aspectos naturais como o espaço físico, a localização e o tempo. A segunda tendência enfatiza o mensuramento ambiental (medidas

são necessariamente uma atividade reducionista), isto é, enfatiza a precisão, mas reduz a descrição.

Outro aspecto é o a-historicismo que, segundo Shrivastava (1994), vê o ambiente como algo imutável, sem história, sem uma evolução no tempo e espaço. É caracterizado por dimensões como incerteza, heterogeneidade e estabilidade. É um tempo neutro que ofusca as históricas raízes e processos que permeiam o ambiente organizacional. Discussões sobre o ambiente mostram como se ele fosse igualmente válido a todo o período histórico, a todas as regiões, lugares, ao mundo. Deixando as relações históricas de lado, a TO deixa de compreender os efeitos acumulativos das relações entre organização e ambiente. Também deixa de lado o entendimento de que os recursos ambientais são escassos e que a competição levada adiante pelo processo de globalização aumenta a velocidade de escassez dos elementos. Mesmo com a perspectiva da responsabilidade social, há ainda pouca discussão sobre esta questão.

A desnaturalização pode ser observada com o agravamento dos problemas sociais, aos quais foram somados graves problemas ecológicos, como conseqüência também da modernização e da competição global, para Kurz (1997:98):

> Também aqui os órgãos e os sentidos do mercado são totalmente insuficientes. O dinheiro é abstrato pela sua própria natureza e indiferente ao conteúdo sensível; e a racionalidade empresarial da minimização abstrata dos custos não somente externaliza os custos sociais, mas também os custos ecológicos. Ela faz isso, sobretudo, porque a natureza não pode, pela sua essência, ser um sujeito de direito, razão pela qual se abusa dela enquanto lugar de despejo dos escombros dos custos sistêmicos. (...) O ar, as águas (lençol freático, rios, oceanos) e o clima não podem ser submetidos às relações econômicas de escassez nem serem acessíveis apenas à demanda do poder aquisitivo. (...) Além disso, os processos de destruição do meio ambiente são processos de longo prazo e estendem-se por várias gerações, ao passo que o horizonte temporal do mercado sempre é apenas de curto prazo. E, por fim, a externalização gerencial dos custos ecológicos pode ser internalizada só com dificuldade, através de impostos ou de outros encargos (...).

Para Shrivastava (1994) existiriam quatro propostas discursivas que tentariam incorporar para a TO o ambiente natural: o naturalismo, o ambientalismo reformista, o ambientalismo radical e o ecofeminismo. Particularmente para Colby (1990), evidenciam-se cinco paradigmas básicos que, com maior ou menor clareza, influenciam as estratégias humanas em relação ao meio ambiente: economia de fronteiras, ecologia profunda, proteção ambiental, administração dos recursos, e ecodesenvolvimento; para cada um desses existem respectivos discursos. Egri e Pinfield (1996), em seu estudo sobre or-

ganizações e biosfera, fazem uma análise diferente e descrevem apenas um paradigma, o social dominante, e duas perspectivas: a ambientalista radical (contrária ao dominante) e a reforma ambiental (mediadora das duas visões antagônicas sobre o desenvolvimento e a questão ambiental), cada qual também com seu discurso sobre as relações homem-natureza.

O paradigma da economia de fronteiras, descrito por Colby (1990), seria aquele que dominou o relacionamento homem-natureza até os anos 1960. Neste paradigma, a natureza é vista como algo a ser dominado, o desenvolvimento econômico se dá pelo livre jogo dos mecanismos de mercado e o avanço tecnológico seria o viabilizador da exploração e expansão dos recursos naturais. Em seu aspecto mais básico trata a natureza como uma fonte infinita de recursos físicos e como um infinito poço de depósito de dejetos da transformação/consumo dessa oferta infinita, na forma de vários tipos de poluição e degradação ambiental. Há grande fé no progresso técnico, na sua capacidade de resolver qualquer problema que eventualmente possa aparecer. Esse progresso é tido como ilimitado, pois o intelecto humano também o é, e esse intelecto levaria a um desenvolvimento ilimitado.

A destruição ambiental é, então, justificada como um resultado da pobreza, que tenderia a ser erradicada pelo próprio desenvolvimento econômico patrocinado pelas forças de mercado. Colby (1990) argumenta que este é um paradigma que predominou com maior ênfase e absoluto nos países centrais até os anos 1960. Já para Cidade (1995), este é um paradigma que ainda predomina nos países periféricos e é considerado um mal menor, necessário durante as primeiras etapas de desenvolvimento industrial, junto com o rápido crescimento demográfico e com a expulsão das pessoas do campo. Após esta etapa os danos do meio ambiente seriam sanados pelo desenvolvimento tecnológico.

O paradigma denominado social dominante é caracterizado por Egri e Pinfield (1996) de forma similar, isto é, como fortemente antropocêntrico, representando uma adesão aos princípios e objetivos da economia neoclássica, nos quais os recursos naturais são tratados como externalidades ou como passíveis de exploração infinita. Se existem problemas ambientais, serão solucionados pelo progresso científico e tecnológico. O homem e a natureza são objetivados e valorizados em termos instrumentais, apenas como recursos.

Na abordagem de Shrivastava (1994) o naturalismo seria o equivalente aos paradigmas observados acima. Contudo, esta perspectiva mantém um discurso de que é preciso preservar a natureza para preservar a humanidade. É um discurso que tem raízes históricas em pesquisadores do século XVII, como Emerson, Darwin, Thoreau, entre outros. É preciso observar que o neodarwinismo também faz parte deste discurso como também tentam incorporá-lo a sociobiologia e a *population ecology*.

Frente aos movimentos sociais surgidos ao final da década de 1960, ao aumento das populações e da pobreza do Terceiro Mundo, à constatação das

limitações dos recursos e da degradação ambiental, na área do desenvolvimento emerge o paradigma denominado por Colby (1990) ecologia profunda. Ele tem como base um forte biocentrismo, de forma a contrapor-se ao antropocentrismo da economia de fronteiras. Neste novo paradigma predomina a visão neomalthusiana de que a população (principalmente dos países do Terceiro Mundo) e sua pressão sobre os recursos causariam as degradações ambientais e, sendo assim, o crescimento demográfico deveria ser controlado (e, se possível, a população reduzida).

Segundo Colby (1990), os temas básicos deste paradigma seriam: a problemática demográfica; as questões da igualdade intrínseca das bioespécies; a autonomia biorregional (com a diminuição das dependências econômicas, tecnológicas e culturais); a promoção da diversidade biológica e cultural; e a proposição do uso de tecnologias ecologicamente apropriadas. Este paradigma interpõe-se com as concepções da perspectiva ambiental radical descrita por Egri e Pinfield (1996), ou do ambientalismo radical de Shrivastava (1994). Nessas perspectivas a premissa fundamental é que a natureza deve ser deixada inalterada, ao menos e até que a interferência seja constatada como obrigatoriamente necessária. A idéia básica é que a sobrevivência do homem só será possível a partir de uma síntese holística com a natureza. Assim, é proposto um redesenho dos sistemas de produção industrial e agrícola, e o estabelecimento de uma ética não-consumista e antimaterialista.

Existe total incompatibilidade entre essa visão de desenvolvimento e as perspectivas que têm dominado a TO. Para Egri e Pinfield (1996), a possibilidade de síntese entre visões e interesses do ambientalismo radical com as organizações é mínima. De certo modo, essa perspectiva parece se adequar a uma teoria antiorganizacional que, segundo Burrel e Morgan (1979), apareceria no paradigma humanista radical, que se opõe à teoria organizacional funcionalista. Neste paradigma a realidade é socialmente criada e incorre em equívocos, que a desumanizam. Sua perspectiva dirige-se a transcender limitações sociais alienantes; as organizações são inscritas dentro do campo dessas limitações, sendo consideradas restritivas do pensamento e da ação social.

Segundo Connoly (Reed, 1996), a partir da dialética formada entre o paradigma dominante *versus* paradigmas alternativos, tanto nas teorias de desenvolvimento econômico, como na TO, acaba-se por impor ao dominante um curso de ação para a manutenção do *status quo*. Dessa forma, a partir das visões de desenvolvimento diametralmente opostas que ambos, economia de fronteiras e ecologia profunda, possuem, começam a emergir mais dois paradigmas. No entanto, podem ser considerados apenas uma evolução do primeiro. Na verdade uma mudança patrocinada pelo capital que, para não perder os espaços conquistados com o primeiro paradigma, cria estratégias para o afloramento do paradigma denominado proteção ambiental e, depois, para o denominado administração de recursos (Cidade, 1995; Colby, 1990),

no sentido de ir fechando os buracos, ou gargalos, clarificados pela dicotomia surgida.

O paradigma proteção ambiental é muito semelhante ao economia de fronteiras, sua estratégia principal consiste na legalização do ambiente como externalidade econômica. Quantifica-se o meio ambiente, aparecem os níveis ótimos/péssimos da exploração dos recursos e da poluição dos ambientes, como os abordados nos relatórios de impacto ambiental que começam a ser obrigados pelas legislações institucionais. Deve-se destacar que o padrão tecnológico não muda, apenas se desenvolvem novas tecnologias — denominadas fim-do-tubo — para a despoluição/limpeza dos ambientes poluídos e a poluir. Emergem aqui as ações de protecionismo do tipo: salvem as baleias, tartarugas, focas, mico-leão-dourado, conjuntamente com a maioria dos parques nacionais (principalmente em áreas do Terceiro Mundo (Colby, 1990).

O quarto paradigma, administração de recursos, toma como base, pela primeira vez, que as práticas econômicas são diferentes de país para país. É considerado por Colby (1990) uma evolução, no sentido de que tenta incorporar todos os tipos de capital e recursos (humanos, biofísicos, estruturais e monetários) no cálculo das contas nacionais, das políticas de desenvolvimento e planejamento de investimentos. Destaca-se que a poluição é agora considerada também um recurso, só que negativo, pois causa uma degradação no ambiente e, portanto, do capital. Evidencia-se que a combinação entre o esgotamento dos recursos, o contínuo crescimento populacional, as mudanças climáticas, a destruição do solo e o aumento dos gastos energéticos tem criado condições sociais e econômicas para a manutenção do subdesenvolvimento nos países periféricos.

A administração de recursos é considerada o paradigma predominante atualmente nos países centrais. Colby (1990) comenta que a visão de desenvolvimento das agências de financiamento internacional como o Banco Mundial se baseia nesse paradigma. Ele, paralelamente ao processo de internacionalização das economias centrais e à expansão das corporações transacionais, propõe a integração da economia com a globalização dos recursos. Mundialmente criam-se determinadas leis que protegem o uso dos recursos considerados comuns (oceanos, atmosfera, clima e biodiversidade), mas que permitam a sua exploração pelos países centrais. Uma característica principal que deve ser destacada é que com a administração de recursos emergiria, então, um desenvolvimento sustentável. Para muitos autores como Veiga (1993), Kitamura (1994) e Becker (1994), o desenvolvimento sustentável seria hoje um conjunto de múltiplas e diversas interpretações, constituindo-se no final em uma caixa-preta, pela imprecisão e falta de consenso sobre o termo entre os diversos interlocutores.

Egri e Pinfield (1996) evidenciam que a perspectiva da reforma ambiental faria o mesmo papel do paradigma administração de recursos, ou seja,

seria mediadora entre o paradigma social dominante e o ambientalista radical. A reforma ambiental representaria uma modificação dos valores antropocêntricos, pela inclusão de alguns valores biocêntricos. Sua proposta básica seria a de um desenvolvimento sustentável que representaria uma acomodação entre crescimento econômico e proteção ambiental, em níveis local e global. O mesmo se dá para Shrivastava (1994), que afirma que o ambientalismo reformista é um discurso burguês, neoliberal, pertencente à globalização, que mantém a perspectiva do aumento da performance organizacional, industrial, em relação ao ambiente natural. Esse discurso, contudo, também vê a insustentabilidade de algumas ações organizacionais, deste modo, prega uma certa moderação do consumo, a conservação e até um desenvolvimento sustentável.

De fato, conforme Colby (1990), em ambos, terceiro e quarto paradigmas, ainda prevalece o modelo econômico da economia de fronteiras, ou seja, o modelo neoclássico de desenvolvimento econômico como meta primária, com o englobamento de algumas questões ecológicas que têm percorrido o caminho da manutenção deste modelo econômico. A proteção do meio ambiente passa a ser considerada necessária na perspectiva de que "sejam preservados os recursos materiais da produção e a força de trabalho (...) a produção de um espaço de medo fragiliza e torna o destino dos homens e do planeta dependentes das determinações capitalistas — o que contribui para manter a representação do capital como a grande instância provedora da vida e da morte" (Carvalho, 1991:28).

A realidade de uma proposta de desenvolvimento sustentável inscrita pelo paradigma administração de recursos propicia a emergência de uma diversidade de formas pela quais a sociedade urbano-industrial tem preconizado a integração do ambiente nos processos decisórios. Essa perspectiva demanda que o ambiente seja abordado de forma mais relacional com as ações organizacionais e, portanto, pelas teorias que as fundamentam. Nessa abordagem, segundo Egri e Pinfield (1996), as organizações e suas atividades seriam analisadas como interdependentes dos sistemas sociais, econômicos, culturais, políticos, técnicos e naturais dos quais elas fazem parte, ou estão imersas. Devido ao crescimento da informação, qualitativa e quantitativamente, as organizações precisarão assegurar atividades que são valorizadas pela sociedade, no sentido de continuar a sobreviver, respondendo às demandas surgidas e/ou criadas. Para esses autores, as organizações tornar-se-iam mais ou menos isomórficas com seus ambientes, em conseqüência das pressões recebidas no uso dos recursos (principalmente da biosfera) e pela necessidade de terem suas ações legitimadas. Essa isomorfia surgiria da incorporação institucional das crenças, valores sociais, símbolos, culturas que são importados com as pessoas que trabalham na organização, tomam as decisões, compram, fornecem etc. Ou seja, grupos e redes de atores que acabam por ter algum relacionamento com a organização. Ao final, observa-se que as mudanças que poderiam advir seriam

no sentido da criação de uma consciência ecológica individual advinda das pressões coletivas do uso da biosfera.

Essa procura por um desenvolvimento dito sustentável, para Shrivastava (1994), é uma concepção neoliberal e traria juntamente para a TO e para as organizações a tentativa de incorporação de uma suposta responsabilidade social. A idéia central é que os acionistas providenciariam um caminho para que as organizações não danificassem o ambiente natural. Na verdade, os discursos e as práticas organizacionais buscariam casar crescimento qualitativo e desenvolvimento sustentável, tentando pôr em consonância dinheiro e natureza sobre o pano de fundo de um mercado global pautado pela eficiência econômica e pelo desafio ecológico (Kurz, 1997). Os discursos tentariam relacionar a problemática ambiental intrinsecamente com a questão da responsabilidade social das organizações, mais precisamente das empresas capitalistas.[1]

Resta ainda a perspectiva ecofeminista de Shrivastava (1994), que faz um paralelo entre a opressão da mulher e da natureza. As raízes dessa opressão estariam ligadas à visão antropocêntrica e masculina de dominação dos recursos naturais assim como da mulher (também mais um recurso). Não é desinteressante observar que é a partir da década de 1960, com o movimento de liberação feminina, que ganham força os discursos ecológicos. Na mesma linha, Holmer-Nadesan (1996) observa que o discurso em torno do patriarcado/empresariado/gerência organiza práticas materiais e lingüísticas que expressariam a autoridade masculina em relação à mulher e à natureza. Elas não só estariam subordinadas ao homem, como articuladas a servir ao macho. Os discursos produzidos reduzem os significados do que é a mulher e do que é a natureza. A capacidade de o patriarcado delimitar os significados é contingente à força oposicionista dos discursos feministas e ambientalistas. Além disso, para esta autora, pode-se observar que a dependência entre o capitalismo e a identidade e valores masculinos é muito forte. Assim como na TO, onde se observa que certas dimensões weberianas de autoridade patriarcal são conservadas e até institucionalizadas pelos estudos e análises organizacionais, no que tange à mulher e/ou à natureza.

Segundo a argumentação de Kurz (1997:50-51), a possibilidade de uma utilização abstrata dos seres humanos e da natureza, conforme a lei da

[1] Neste sentido citamos como exemplo a associação americana Business for Social Responsibility, fundada em 1992, que possui 1.400 membros que juntos possuem renda de US$1 trilhão e empregam 5 milhões de trabalhadores. Essa associação tem como finalidade providenciar assistência para as ações, práticas e políticas (a longo prazo) que contribuam para sustentar e tornar responsável os negócios para os acionistas, empregados, consumidores, parceiros, comunidade e meio ambiente. Hoje existe um Global Business Responsability Resource Center (GBRRC), que tem a preocupação de gerar práticas responsáveis em todo o mundo.

rentabilidade, tem como condição básica a colonização da mulher e do meio ambiente.

> O constructo inteiro vem abaixo quando as mulheres passam a se emancipar de maneira crescente, segundo os abstratos princípios iluministas do homem branco. (...) E não é nem um pouco causal que, ao mesmo tempo, a natureza externa comece a se rebelar, deixando por terra, na forma de um processo de crise a catástrofe ecológica, o cálculo abstrato da rentabilidade. As forças produtivas, extraviadas pelo próprio sistema de mercado, intervêm de modo tão profundo na natureza interna das necessidades humanas e na natureza externa do mundo vegetal e animal — no solo, na água e no ar — que estes conteúdos sensíveis não podem ser reprimidos e violados por muito tempo. As mesmas forças produtivas que produziram, na forma do sistema de mercado, a crise ecológica e a crise das relações entre sexos são responsáveis por um desemprego em massa, crescente e global.

De maneira geral, seriam estes os discursos que estariam sendo desenvolvidos nos países ditos centrais. Eles traduzem modos de ver e equacionar as relações homem-natureza, organização-meio ambiente, gerente-práticas administrativas. Segundo Fineman (1996), as pesquisas que buscam apreender o mundo verde das organizações (dos negócios) devem antes de tudo se preocupar e explorar os discursos, as crenças, sentimentos, políticas, propostas organizacionais, isto é, respostas organizacionais, e gerenciais concomitantemente, em face das pressões esverdeantes da sociedade e do mundo dos negócios globais.

3. Globalização: a modelagem dos discursos ambientais

Fundamentalmente, a proposta de globalização tem como vetor a homogeneização do conjunto de práticas, valores sociais e também discursos existentes em torno da racionalidade instrumental do mercado. Essa tendência homogeneizadora tem se mostrado relativamente centralizadora e pouco democrática na política internacional, além de anuladora de identidades culturais ou sociais (Leis, 1995). A realidade concreta de uma globalização se impõe como um modelo gerenciador de todo movimento ligado à atividade econômica e representa a modelização das formas de produção e consumo e do seu gerenciamento. Ou seja, representa a modelização de todas as formas de subjetivação do indivíduo humano, enquanto homem-econômico e social (que produz, planeja, organiza, dirige, controla a produção e também consome), um movimento de uniformização, na contramão da preservação das diversidades.

Um mercado globalizado, para as empresas, é visto como um mercado onde antes de tudo deverá ser preciso desenvolver uma estratégia de sobrevivência diante da competição acirrada de outras firmas. Num mercado global, de milhares de pessoas ávidas por consumir, ou por serem feitas consumidoras, desenvolvem-se modelos para que as empresas conquistem novas vantagens competitivas, definam novos padrões produtivos, adquiram qualidade, estabeleçam novas prioridades, agilizem comunicações, aumentem fluxos de capitais e de tecnologias, favorecendo-se intercâmbios de idéias, de pessoas, de imagens etc. Os discursos, como também as decisões e ações, são referenciados para que estratégias desenvolvidas diante da globalização tornem alguns setores, algumas cadeias, empresas mais eficientes, mais rápidos, mais eficazes que outros em termos de responder aos mercados internacionalizados.

Os discursos e as práticas administrativas e econômicas das organizações parecem modelar-se. As comparações são favorecidas para desenvolver semelhantes decisões e ações. A racionalização das práticas pode acontecer no sentido de tentar traçar preceitos e receitas a serem exemplarmente seguidas. Livros, pesquisas, trabalhos, estudos tendem a ser produzidos para que as práticas sejam modelizadas, o discurso que acabaria por imperar nas ciências, de modo geral, seria o da determinação para os indivíduos de suas ações, seus papéis a serem seguidos, formas de pensar, resolver problemas, caminhos a seguir. De certo modo, um modelo semelhante é evidenciado no caso do meio ambiente. A adoção de práticas pró-ambientais, em conciliação com a aplicação da racionalidade de mercado, está associada com o discurso dos atores organizacionais, principalmente àqueles que definem a agenda verde para a organização.

Em seu trabalho, Carvalho (1991) se centra na análise do discurso ecológico dito oficial e de um discurso dito alternativo. O primeiro é aquele produzido pelas instituições governamentais nacionais e internacionais, cujo desejo é o de regular as práticas ecológicas. Juntam-se a este os discursos das empresas, e de seus respectivos gerentes, que procuram equacionar a preservação do meio ambiente, garantindo uma certa qualidade e sobrevida a um desenvolvimento industrial globalizado. Já o segundo discurso, alternativo, questiona este primeiro e também propõe novas construções sociais. É claro que esses discursos se antagonizam, cada qual criando diferentes identidades e práticas sociais e organizacionais. Mas há um movimento por parte do primeiro de resolver os gargalos mostrados pelo segundo, que pode ser visto como direcionado ao englobamento (ou conjunção, ou cooptação) de partes do discurso alternativo, para garantir a adequação do capital e sua perenidade.

Leis (1995:61) coloca que, principalmente, o equacionamento desta problemática tem sido elaborado pela “rápida adaptação, unidimensional e dirigida” da teoria do desenvolvimento sustentável. Isto é, o capitalismo busca cri-

ar formas de cooptação do discurso ecológico e resolução das limitações que ele interpõe ao seu pleno desenvolvimento. Assim, o englobamento de algumas questões ecológicas tem percorrido o caminho da manutenção desse modelo econômico que se globaliza continuamente. Dessa forma, incorporam-se nos discursos organizacionais palavras como: degradação, ciclo de vida do produto, índices aceitáveis de poluição/resíduos, sem, contudo, incorporar-se as concepções que esses termos trazem dos discursos ecológico, de questionamento do modo de produção. Ou seja, os signos/símbolos são reproduzidos nos discursos organizacionais, mas lhes são dados novos significados.

Por outro lado, para outros grupos da sociedade, a discussão sobre a sustentabilidade aparece como forma de se contrapor à massificação, à padronização dos modos de produção. Em seu cerne a sustentabilidade representa o desejo que Guattari (1987, 1993) denominou singularização, ou seja, a proposta de assegurar a diversidade que é própria da natureza e do homem.

Autores como Redclift (1987), Barbier (1987) e Colby (1990) têm mostrado que a sustentabilidade estaria ligada a um novo paradigma denominado ecodesenvolvimento. Entretanto, para estes autores, a preocupação mais imediata desse novo paradigma ainda teria de ser com o livre jogo das forças de mercado e as pressões advindas das externalidades produzidas (como por exemplo: poluição, resíduos etc.), capazes de romper o equilíbrio do meio ambiente em escala mundial. Para esses grupos, o conhecimento das práticas e dos discursos ao redor da idéia de uma sustentabilidade deveria forçar as atitudes concretas da sociedade diante de um caos ecológico e não apenas servir como figura de uma prática vazia nos discursos institucionais e organizacionais dominantes.

De forma geral, podem-se observar discursos antagônicos, nos quais o ideário de um desenvolvimento sustentável aparece como um fim comumente perseguido, mas escondendo e camuflando interesses e projetos diversos de desenvolvimento e uma concepção diferenciada da relação homem-natureza.

4. A prática da gestão ambiental no caso brasileiro

O meio ambiente tem se tornado cada vez mais importante para muitas pessoas, para muitos pesquisadores, governos e, inclusive, organizações. Para Parker (1996), o meio ambiente é uma das arenas ainda pouco estudadas pela TO, sendo que qualquer estudo que aborde o ambiente atual, convulsionado pela internacionalização das economias, deve buscar contemplá-la. Além disso, longe de se tentar homogeneizar os estudos de gestão do meio ambiente, é preciso destacar que a problemática ocasionada pela exploração, degradação e poluição da natureza parece se configurar de forma diferenciada na socie-

dade. Essa diferenciação está intimamente relacionada com o nível de desenvolvimento das diferentes nações.

Pearce e e outros (1989) demonstram em seus estudos que na comunidade européia o meio ambiente tem ganhado grande relevância política, sendo ponto de discussões e preocupação dos mais diferentes setores da sociedade como as organizações não-governamentais (ONGs), as agências estatais, as indústrias, as universidades etc. A importância dada ao meio ambiente pela população da Comunidade Européia parece refletir o aspecto conjuntural de pós-industrialismo dessas nações. Conforme Shrivastava (1994), a mais importante face desse pós-industrialismo é a busca crítica de conhecimento e resolução dos riscos criados pela industrialização. É nessa conjuntura de idéias que questões como a degradação do meio ambiente ganham relevância, podendo ser questionadas as ações dos governos, das organizações, em relação à poluição, produção de resíduos, ciclo de vida do produto, responsabilidade social das empresas etc.

A preocupação com o ambiente natural em países do Primeiro Mundo refere-se à apreensão entre os níveis de consumo de recursos (muitas vezes escassos) e os níveis de consumo de produtos (abundantes e geradores de resíduos). Nesse sentido, North (1992) comenta que, durante a década de 1980, houve um aumento do uso de recursos nos países desenvolvidos em relação aos recursos consumidos pelos países periféricos ou subdesenvolvidos. Também Martin e Schumann (1997:48) evidenciam o consumo desigual dos recursos naturais entre os países desenvolvidos e os periféricos, apontando a valorização dos recursos naturais, que estrategicamente passam a se configurar como bens caros e sua posse passa a ser considerada uma vantagem competitiva.

Contrariamente a North, Kurz (1997:186-187) observa que o uso e a degradação dos recursos naturais, a poluição e os resíduos ainda não podem ser considerados valorados. Este autor aponta que no meio empresarial a preocupação com o meio ambiente é quase que vazia, pois não há uma racionalidade do capital que a inclua e que

> sob a pressão da concorrência dos mercados globalizados, o empresário é obrigado a obedecer, em todas as decisões, à racionalidade monetária predominante. Quando se fala de “redução de custos” e “eficiência”, o que está em jogo é apenas o “interesse” abstrato da moeda. (...), o cálculo empresarial exige a abstrata “redução de custos”, sem levar em consideração o conteúdo sensível e as conseqüências naturais. (...) Embora os empresários falem com insistência de uma melhoria na qualidade, isso se refere sempre ao design do produto isolado, e nunca ao mundo exterior à empresa. O resultado são “belos” produtos num “meio ambiente” degradado. (...) Do ponto de vista empresarial, a natureza e o futuro são espaços economicamente vazios para além do cálculo dos custos, nos quais os excrementos de produção

> desaparecem sem deixar vestígios. (...) Se a economia empresarial — em busca de menores custos, menores taxas de câmbio, salários mais baixos e outras vantagens — aufere ganhos no plano monetário, no plano dos recursos naturais ela promove uma orgia do desperdício.

O que se observa é que o discurso predominante, o da globalização, da diminuição de custos e do aumento da competitividade, tem servido como fonte de pressão primária para a elaboração dos discursos e práticas organizacionais. Para Kurz (1997:64), esse tipo de discurso tem criado a fantasia de que aos países do Terceiro Mundo, e suas organizações empresariais, é dada a chance de ingressar no Primeiro Mundo através de uma exaustiva exploração de suas reservas naturais, reduzindo-se os seus recursos naturais, as matérias-primas agrárias, as florestas, a biodiversidade etc. Contudo, para este autor, essa generalização do grau ocidental da industrialização, com crescentes orgias de desperdício dos recursos naturais advindas do processo de globalização e de seu padrão de produtividade sempre em crescimento, pode significar um imediato colapso ecológico da Terra.

No processo de globalização dos mercados, produtos, recursos, informação, as organizações têm se reestruturado buscando cada vez mais maximizar sua competitividade comercial. Existem diferentes pontos de vista quanto à solução dos problemas ambientais. Para os países centrais prevalece o ponto de vista de um gerenciamento do meio ambiente, com quantificação tanto dos recursos e resíduos, existindo a preocupação com a preservação dos recursos, especialmente aqueles disponíveis nos países periféricos. Já para os países periféricos, o meio ambiente ainda é visto como algo externo, entretanto, há tendências das organizações desses países, assim como de seus governos, de incorporarem a problemática ambiental em suas ações, em suas estratégias, cedendo às pressões exteriores e não propriamente preocupados com o bem-estar de suas populações, seus consumidores imediatos (domésticos).

Essas pressões externas representariam uma força que pressionaria no sentido de homogeneizar os modos de pensar e agir das organizações segundo e conforme os padrões macroeconômicos. De modo geral, pode-se evidenciar em seu aspecto mais amplo que a globalização representaria esta tendência homogeneizadora, que não aceitaria a existência de identidades e valores que não são traduzíveis em uma singularidade global (Leis, 1995; Deleuze, 1992). Assim, a gestão do meio ambiente pelas organizações dos países periféricos só está se concretizando — no nível das práticas e dos discursos — pelas pressões de um mercado global (de consumidores externos). Além disso, os discursos e as práticas precisam ser padronizados e homogeneizados para que seus semelhantes os reconheçam e os identifiquem como sinônimo de uma gestão ambiental e até de um suposto desenvolvimento sustentável.

Para autores como Hart (1997), no século XXI a sustentabilidade do meio ambiente constituir-se-á na maior oportunidade de negócios da história do comércio mundial. Também Parker (1996) comenta que as organizações, sejam de que tamanho e negócio forem, estão perdendo grandes oportunidades competitivas se não ficarem comprometidas com o meio ambiente. É sob essa perspectiva, que estaria se fortalecendo, cada vez mais, a implantação de políticas de gestão ambiental por parte das organizações. Nesse mesmo sentido, Porter e Van der Linde (1995) também evidenciam as questões ambientais como fatores que podem interferir na competitividade das organizações. Para esses autores as empresas que lidarem com as pressões ambientalistas de modo criativo devem adquirir grandes vantagens competitivas. Já Kleiner (1991) argumenta que, mais dia menos dia, mesmo as empresas mais antigas deverão implementar alguma gestão ambiental. Para esse autor muitas companhias são forçadas a comprar equipamentos antipoluentes, que aos poucos se tornam obsoletos, dessa maneira o custo de manter processos que poluem e seus equipamentos antipoluentes é mais caro que trabalhar para eliminá-los e implementar uma gestão ambiental.

A preocupação com o meio ambiente tem apresentado uma dinâmica diferenciada nas organizações e nas nações nas quais estas se encontram. Os contextos social, político e econômico de um país influenciam diretamente as políticas ambientais reguladoras do nível de degradação da natureza e indiretamente a importância ideológica do meio ambiente para a população. Para Kitamura (1994), nos países centrais o desenvolvimento sustentável se configura como uma proposta voltada à melhoria da qualidade de vida e do aperfeiçoamento da proteção ambiental. Já para os países periféricos, em que os problemas básicos, como o da segurança alimentar, não foram resolvidos, o desenvolvimento sustentável surge como uma proposta ampla, voltada para a resolução de problemas de produção e de bem-estar social.

O impasse parece estar na disputa entre os interesses econômicos e as demandas ambientais. Conforme Hopfenbeck (1993) esse impasse só pode ser superado pela imposição de limites, pela sociedade, quanto a níveis de poluição e degradação ambiental permitidos. Atualmente, observa-se que não é mais possível falar em um nível local de pressão social. Num contexto de um mundo globalizado, constituiu-se uma rede de informação/pressão em relação aos problemas ambientais, que perpassa localidades e nações, indivíduos e populações, organizações e governos. Os diferentes interesses se articulam e entram em conflito, desenvolvendo uma dinâmica de idéias, que escapa do individual, indo instaurar-se no coletivo.

McGowan e Mahon (1992) exemplificam como se apresenta essa rede de discursos, relações, informações, pressões e interesses envolvendo a problemática ambiental. Para estes autores a rede observada é uma simplificação das relações entre os mais diferentes atores sociais. Para esses atores deve-se destacar o papel das pesquisas públicas, da mídia e dos interesses de grupos

(como os lobbies) como determinantes e influenciadores das políticas que recaem sobre as estratégias organizacionais.

Essa rede de pressões tem seu reflexo no âmbito das nações, como pode ser observado no Brasil. Viola (1996:27) comenta que o movimento ambientalista brasileiro na última década do século XX é um movimento multissetorial constituído por ONGs e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental nacional e internacionalmente; agências estatais; grupos e instituições científicas de pesquisa; um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseados na eficiência no uso dos materiais, na conservação da energia, na redução da poluição, no ecodesign e na qualidade total; um mercado consumidor verde que demanda entre outras coisas alimentos de uma agricultura orgânica, automóveis e eletrodomésticos de alta eficiência energética, papel reciclado, recipientes reutilizáveis, produtos que tenham sido produzidos usando tecnologias limpas e a partir de matérias-primas produzidas de modo sustentável; redes multissetoriais que estabelecem e certificam o caráter sustentável dos processos de produção, de transporte e o ciclo de vida dos produtos; e agências e tratados internacionais.

Nas empresas brasileiras, Coutinho e Ferraz (1994) apontam que a competitividade das organizações brasileiras estaria também dependente de um discurso e, principalmente, de uma real gestão ambiental. Algumas organizações têm tentado incorporar a problemática do meio ambiente na direção de um negócio mais sustentável. A defesa ambiental tem adquirido relevância nas estratégias competitivas empresariais, sendo que algumas empresas estão procurando mudar a filosofia de satisfação das necessidades do consumidor e buscando explorar as oportunidades surgidas com o meio ambiente. De maneira geral, a dimensão ecológica nas políticas de desenvolvimento estariam criando novas mudanças, novos jogos políticos, novas formas de pressões e exploração e novas ações nas organizações.

A gestão ambiental das organizações brasileiras, conforme Donaire (1995), entra nas organizações, principalmente as indústrias, pela função de produção ou de segurança. Com a instauração das gestões de qualidade, o grupo responsável pela sua implantação acaba por incorporar a problemática ambiental em seu processo, denominado como gestão da qualidade ambiental. Todavia há algumas empresas em que a gestão do meio ambiente figura na função administrativa. A forma com que as empresas encaram o meio ambiente está refletida no nível interno, nos arranjos organizacionais. Para esse autor, o tema ambiental pode ser considerado como vantagens competitivas; ou como estrategicamente importante e, portanto, inserido na função administrativa; ou como área meramente decorativa, isto é, como atividade acessória nas decisões organizacionais.

Para Donaire (1995:84), "a existência de uma atividade/função que se preocupa com as questões ambientais é refletida na criação de um núcleo de

autoridade e responsabilidade dentro da organização". Função que comumente recebe o nome de gestão ambiental. A força desta nova área refletirá de certo modo como a organização vê seus consumidores e a comunidade a que está associada. Essa força está ligada à problemática que vem sendo denominada responsabilidade social, reflexo do envolvimento da organização com a localidade, com a sociedade.

Tanto Nascimento (1997) como Gutberlet (1996) comentam que algumas organizações industriais mostram-se preocupadas com a problemática ambiental. Em suas pesquisas constataram que empresas brasileiras vêem a proteção ambiental como uma tendência mundial, que pode conferir uma vantagem competitiva. Essa nova preocupação se deve ao fato de que a gestão ambiental tem sido usada como instrumento de regulação de entrada, manutenção e expulsão em um mercado dito global.

Maimon (1992) também aponta que a preocupação ambiental manifestada pelas empresas se diferencia entre estratégias reativas/defensivas e competitivas. As estratégias defensivas referem-se à prevenção e limpeza da poluição, ou seja, restringem-se a atender normas antipoluição e a relatórios de impacto ambiental (Rima). As estratégias competitivas correspondem a postular a preocupação ambiental como um mercado a ser conquistado, um produto/serviço a ser vendido. As empresas com estratégias e performance ambientais seriam aquelas com maior inserção no mercado internacional, onde a globalização dos problemas ambientais vêm contribuindo para uma nova postura empresarial. Conforme a autora, a capacidade das empresas em responder às questões ambientais é diferenciada entre países e setores industriais, devido, na maioria das vezes, às pressões do movimento ambientalista e da legislação ambiental.

Já Souza (1993) afirma que a política ambiental de uma empresa, no Brasil, pode se limitar a incorporar tecnologias de depuração, ou técnicas de fim-do-tubo. Essas não modificariam o processo produtivo, somente incorporariam equipamentos antipoluentes. A preocupação de caráter preventivo pode figurar na política da empresa, pela introdução de novos processos produtivos e menos poluentes, alteração na matéria-prima utilizada no processo e modificação do produto final. Essas ações garantiriam a utilização eficaz dos recursos naturais e custariam menos para as empresas. Além disso, estratégias, preventivas ou competitivas, permitiriam à empresa adicionar valor ao seu produto, através da percepção pública favorável, ou seja, através do marketing verde ou ecológico. A autora afirma que "o marketing ecológico passou a ser código-chave, a palavra mágica, e mais do que isso, compromisso e obrigação das empresas que se pretendem modernas e competitivas. As organizações estão adequando seus produtos às exigências de preservação do meio ambiente, através da utilização racional dos recursos naturais e eliminação de poluentes" (Souza, 1993:48).

Para Donaire (1994), as ações das empresas nacionais, no sentido da incorporação do meio ambiente, podem ser divididas em três níveis: o controle

ambiental nas saídas; integração do controle ambiental nas práticas e processos industriais; e integração do controle ambiental na gestão administrativa. Esses níveis se sucederiam da instalação de equipamentos antipoluentes à seleção de matérias-primas, desenvolvimento de novos processos e produtos, reaproveitamento de energia, reciclagem de resíduos etc. E, por fim, à integração do controle ambiental na gestão administrativa no sentido de não somente responder a demandas e pressões ambientais, mas de prever, planejar políticas, metas e planos de ação nos quais a conservação ambiental passa a ser um objetivo perseguido pela empresa.

As preocupações de caráter ambiental, especialmente em relação aos processos industriais de produção e seus produtos, têm provocado o estabelecimento de normas técnicas. Criaram-se padrões de exigência em termos de qualidade ambiental, que se referem não só a produtos e processos produtivos, mas também a sistemas de gestão ambiental. A normatização ambiental provoca rearranjos organizacionais em todos os setores produtivos, pois se torna fator diferenciador na competitividade empresarial, no mercado de bens e serviços. O processo produtivo se reorganiza em atendimento às exigências de um novo padrão de produção, de qualidade e sustentabilidade. Há necessidade de mudanças estratégicas, especialmente no nível gerencial, que sejam capazes de equacionar a questão da qualidade e padronização com base na sustentabilidade, com a dinâmica interna já estabelecida nas organizações. Sobre o quadro da sustentabilidade, Redclift (1987) aponta para profundas modificações dos processos produtivos no que se refere ao consumo de energia.

Guattari (1993), Bonin (1993) e Wilkinson (1995) comentam sobre a crescente conscientização dos consumidores (advinda da globalização da informação), que têm procurado por produtos produzidos com tecnologias limpas, de modo sustentável e diferenciados. Essa demanda provoca a reformulação de estratégias (gerenciais) por parte das empresas, para ganharem ou manterem mercados cada vez mais exigentes. Bonin (1993) aponta que essas estratégias devem ser de largo espectro, pois devem ir da produção/extração do setor primário ao consumidor; e devem pressupor um remanejamento constante do tempo e do espaço em razão do mercado globalizado.

Silva (2001) evidencia que o tema ambiental nas empresas brasileiras tem sempre se atrelado à percepção de oportunidades estratégicas e operacionais. Adotando um comportamento reativo, pois a gestão ambiental é tida como uma alternativa para a melhoria da imagem ou como uma forma compulsória de as empresas apenas atenderem à legislação ambiental vigente. De maneira geral, as resoluções dos problemas ambientais precisariam ser cada vez menos de ordem técnica e mais administrativa, inclusive de ordem política e estratégica para a empresa, no sentido de assumir a responsabilidade social pelo meio ambiente.

5. À guisa de conclusão

Assim, o discurso sobre um possível desenvolvimento sustentável que permeia a sociedade não pode ser visto como um discurso uno, coeso. A produção social desse discurso representa um processo no qual as relações de poder agenciam o saber produzido. Os enunciados sobre o desenvolvimento sustentável têm uma proposição subjetiva, representando alguma forma de poder social.

De forma geral, esses discursos engendrados, segundo Foucault (1987), servem, ao final, para regular a criação material e simbólica das organizações, tentando regular suas práticas e/ou desregulá-las. Assim, há discursos e práticas verdes criados pelas organizações e instituições pertencentes ao Primeiro Mundo, como também outros discursos criados por outros grupos da sociedade civil. Os saberes evidenciados nos respectivos discursos disputam, ao final, poder. Para isso criam uma rede de relações que busca legitimar as alocuções, as práticas, os controles envolvidos com a problemática ambiental.

Segundo Carvalho (1991), a rede de relações estabelecidas para a tentativa de equacionamento dos problemas ambientais, no caso brasileiro, constitui, não um, mas uma gama de discursos sobre o meio ambiente que se mantêm como algo que lhe é anterior, uma essência oculta, um segredo produtor dos discursos ambientais. Faz parte de uma formação histórica que vem se evidenciando desde a década de 1960. São discursos construídos com bases no poder e saber que se articulam historicamente. Em conseqüência nenhum discurso é imune a outros (Holmer-Nadesan, 1996), na rede cada discurso é inscrito por outro, assim, os discursos sobre a gestão do meio ambiente podem ser observados, na TO, como resultado de práticas organizacionais e disciplinas acadêmicas, êxito de uma hegemonia antropocêntrica que prevalece nas ciências.

O que se observa, segundo Knights e Morgan (1991) é que os discursos organizacionais ocupam uma privilegiada posição na definição do que constitui práticas legítimas de gestão. As redes de discursos que legitimam (ou não) a exploração do meio ambiente são várias, contudo o que têm de comum é que criam subjetividades para poder haver identificações que incorporarão determinadas práticas/ações. Para Guattari (1993, 1987), torna-se clara a subjetividade capitalista que tem predominado nesse processo de globalização. Tenta-se homogeneizar os discursos dominantes e também os alternativos (no sentido de contraposição e até cooptação) localizando os grupos — seus discursos e práticas — em uma posição na hierarquia discursiva.

Na observação dos discursos é preciso analisar também as contradições e antagonismos que percorrem qualquer discurso. Para Holmer-Nadesan (1996) é preciso observar como os interesses estão sendo colocados nos discursos organizacionais; se esses interesses são vistos como contentando ou ameaçando outros interesses; e, se esses discursos catalisam tensões ex-

istentes na organização, fazendo-se observar aceitação, e até a resistência, ao discurso predominante.

Por fim, parece existir uma tendência instrumental das práticas (vivências), e, em especial, das práticas organizacionais, de empregarem princípios apenas utilitários e funcionais em relação ao meio ambiente, o que as leva a tratar a questão ambiental não como algo paralelo e necessário, mas, até certo ponto, como apenas mais uma prática vazia, mais um discurso a ser comprado pela organização. Dessa forma, as ações e proposições no campo da teoria organizacional que apontam uma solução integradora e não instrumental da relação organização/homem e natureza representam a formação de uma nova consciência das organizações quanto à sua responsabilidade na construção de um futuro comum.

Referências bibliográficas

ALDRICH, H. E. Incommensurable paradigms? Vital signs from three perspectives. In: REED, M.; HUGHES, M. (Eds.). *Rethinking organizations:* new diretions in organization theory and analysis. Londres: Sage, 1992.

BARBIER, E. The concept of sustainable development. *Environmental Conservation*, v. 14, n. 2, p. 101-110, Summer 1987.

BECKER, B. A Amazônia pós ECO-92. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BONIN, A. A. Acteurs e consommateurs: valeurs et stratégies. In: GREEN, R. H.; SANTOS, R. R. dos (Orgs.). *Brésil:* un système agro-alimentaire en transition. Paris: IHEAL, 1993.

BUARQUE, C. O pensamento em um mundo terceiro mundo. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURREL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. Londres: Heinemann Educational Books, 1979.

CARVALHO, L. C. M. Territorialidade em luta: uma análise dos discursos ecológicos. *IF, Série Registros*, São Paulo, n. 9, p. 1-56, 1991.

CIDADE, A. A questão ambiental urbana: perspectiva de análise. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6., 1995, *Anais*... Brasília, DF, 1995.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introduction: organizations, organization and organizing. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds.). *Handbook of organization studies*. Londres: Sage, 1996.

COLBY, M. Environmental management in development: the evolution of paradigms. *World Bank discussion paper 80*. Washington, DC, World Bank, 1990.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Unicamp, 1994.

DELEUZE, G. *Conversações.* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 68-78, mar./abr. 1994.

_____. *Gestão ambiental na empresa.* São Paulo: Atlas, 1995.

EGRI, C. P.; PINFIELD, L. T. Organizations and biosfhere: ecologies and environments. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds.). *Handbook of organization studies.* Londres: Sage, 1996.

FINEMAN, S. Emotional subtexts in corporate greening. *Organization Studies*, v. 17, n. 3, p. 479-500, 1996.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GUATTARI, F. *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *As três ecologias.* 4. ed. Campinas: Papirus, 1993.

GUTBERLET, J. *Produção industrial e política ambiental.* São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.

HART, S. L. Beyond greening: strategies for a sustainable world. *Harvard Business Review*, p. 67-76, Jan./Feb. 1997.

HOLMER-NADESAN, M. Organizational identify and space of action. *Organization Studies*, v. 17, n. 1, p. 49-81, 1996.

HOPFENBECK, W. *The green management revolution*. Londres: Prentice Hall, 1993.

KITAMURA, P. C. A agricultura e o desenvolvimento sustentável. *Agricultura Sustentável*, v. 1, n. 1, p. 3-15, jan./abr. 1994.

KLEINER, A. What does it mean to be green? *Harvard Business Review*, p. 38-47, July/Aug. 1991.

KNIGHTS, D.; MORGAN, G. Corporate strategy, organizations and subjetivity: a critique. *Organisation Studies*, v. 12, n. 2, p. 251-273, 1991.

KURZ, R. *Os últimos combates.* Petrópolis: Vozes, 1997.

LEIS, H. R. Globalização e democracia. *Revista de Ciências Sociais da ANPOCS*, São Paulo, n. 28, p. 55-68, jun. 1995.

MAIMON, D. Empresa e meio ambiente. *Tempo e Presença*, São Paulo, n. 261, p. 46-48, 1992.

MARTIN, H.-P.; SCHUMANN, H. *A armadilha da globalização.* São Paulo: Globo, 1997.

MCGOWAN, R. A.; MAHON, J. F. Multiples games, multiples levels: gamesmanship and strategic corporate response to environmental issues. *Business and the Contemporary World*, p. 162-177, Autumn 1992.

NASCIMENTO, L. F. (Coord.). *Avaliação do perfil ambiental das empresas do setor metal-mecânico no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nitec, 1997.

NORTH, K. Environmental business management. *Management Development Series, 30*, Geneve, International Labour Office, 1992.

PARKER, B. Evolution and revolution: from international business to globalization. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds.). *Handbook of organization studies*. Londres: Sage, 1996.

PEARCE, D.; MARKEMDYA, A.; BARBIER, E. B. *Blueprint for a green economy*. Londres: Earthscan P. L., 1989.

PORTER, M. E.; VAN DER LINDE, C. Green and competitive. *Harvard Business Review*, v. 76, n. 5, p. 120-134, 1995.

REDCLIFT, M. *Sustainable development, exploring the contradictions*. Londres: Metheen, 1987.

REED, M. Organizational theorizing: a historically contested terrain. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds.). *Handbook of organization studies*. Londres: Sage, 1996.

SHRIVASTAVA, P. Castrated environment: greening organizational studies. *Organization Studies*, v. 15, n. 5, p. 705-726, 1994.

SILVA, A. A. Gestão ambiental e competitividade: um estudo de caso na Companhia Brasileira de Amarras — Brasilamarras. In: ENANPAD — ESTRATÉGIA EM ORGANIZAÇÕES, 25., 2001, Campinas. Anais... Campinas, set., 2001.

SOUZA, M. T. S. Rumo à prática empresarial sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, v. 33, n. 1, p. 40-52, 1993.

VAINER, C. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidroelétricas. In: MARTINE, G. (Org.). *População e meio ambiente:* verdades e contradições. Campinas: Unicamp, 1993.

VEIGA, J. E. A insustentável utopia de desenvolvimento. In: LAVINAS, L. (Org.). *A representação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

VIOLA, E. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Unicamp, 1996.

WILKINSON, J. Competitividade da agroindústria brasileira. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 27-56, 1995.